

**Ata da reunião ordinária da Câmara Municipal de Terras de Bouro,  
realizada em 25 de Fevereiro de 2021**

Aos vinte e cinco dias do mês de Fevereiro do ano de dois mil e vinte e um, no Edifício dos Paços do Concelho e na sala de sessões da Câmara Municipal, compareceram os seguintes elementos que constituem o Executivo Municipal para o Quadriénio de dois mil e dezassete a dois mil e vinte e um: - O Presidente da Câmara Municipal, Manuel João Sampaio Tibo e os vereadores, Adelino da Silva Cunha, Paulo Alexandre Vieira e Sousa, Ana Genoveva da Silva Araújo e Luís António de Sousa Teixeira. -----

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou aberta a reunião pelas dez horas. ---

Por determinação do senhor Presidente secretariou esta reunião o senhor Avelino José Antunes Soares, adjunto da presidência. -----

Seguidamente, o senhor Presidente colocou a ata da reunião do dia 14 de janeiro, que sofreu algumas alterações, à consideração dos senhores vereadores.-----

Perguntado se havia alguma objecção a fazer à mesma, foi respondido que não, pelo que, posta à votação, foi APROVADA POR UNANIMIDADE. -----

No período “antes da ordem do dia” o senhor Presidente distribuiu aos senhores vereadores, conforme assumido na última reunião, o parecer da senhora Doutora Fernanda Paula Oliveira, sobre o processo 133/2008 IMEG. Ao mesmo tempo informou os senhores vereadores que a Câmara já enviou ao promotor este parecer sobre a caducidade do projecto de 2014 (dois mil e catorze), estando agora a decorrer o direito de Audiência Prévia.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa perguntou então ao senhor Presidente “o que é que foi remetido ao Ministério Público?”, tendo o senhor Presidente respondido que “foi o parecer”.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa continuou, dizendo que ainda não leu este parecer, como é natural, mas que “o parecer não deve trazer mais do que o do Dr. Paulo Valente Monteiro”. O que importa enfatizou, “é que o PDM de 2015 (dois mil e quinze) seja cumprido, o que só permitirá, pela quota de ocupação, não contando a cave, a construção de dois pisos”. Perguntou então ao senhor Presidente “a Câmara o que fará?”

O senhor Presidente respondeu “a câmara irá repor a legalidade”.-----

O senhor Vereador voltou a questionar o senhor Presidente se “a IMEG ameaçou a Câmara no caso de mandar demolir os pisos superiores?”-----

O senhor Presidente respondeu “que eu saiba não mas, naturalmente, irão usar todos os meios ao alcance para defender os seus interesses”. “A Câmara irá fazer o que deve numa obra particular”. “A Câmara irá cumprir com o que manda a lei.” “Este projecto tem o olhar de todas as entidades e por isso não dá para estar aqui a fazer de conta”.-----

Seguidamente o senhor Presidente informou que a vacinação para a COVID19, já começou tendo sido administrada às forças de segurança (GNR), aos bombeiros e aos socorristas da Cruz Vermelha Portuguesa.-----

Agora está a decorrer para as pessoas com mais de oitenta anos. A marcação é feita pelo Centro de Saúde. A Câmara está a ajudar com transporte. Nos transportes públicos há descontos nos bilhetes. Depois, também há os táxis pagos pela Câmara, mas a organização é com eles. Igualmente foi solicitada cooperação às Delegações da Cruz Vermelha Portuguesa e aos Bombeiros Voluntários. As carrinhas da Câmara também foram disponibilizadas para esse transporte.-----

Mais informou o senhor Presidente que os utentes dos lares já foram vacinados, não havendo relato de qualquer efeito secundário. Está tudo a correr bem com a vacinação.--

Os utentes acamados também serão convocados e serão transportados nas ambulâncias. Tudo isto é uma cooperação da Câmara com o ACES (Agrupamento dos Centros de Saúde).-----

Relativamente à facturação da água, o senhor Presidente deu conta que já foi emitida nova facturação e feita a correcção de alguns erros.-----

Continuando, o senhor Presidente falou sobre uma publicação nas redes sociais do senhor Pedro Carvalho do Gerês, para uma possível venda de uma sua propriedade, sobre a qual havia sido emitida uma Declaração de Interesse Municipal, tendo feito referência ao que o TBNP (Terras de Bouro o Nosso Partido) publicou e que considerava isso “xico espertismo deste tipo de empreendedorismo e de quem o apoia na retaguarda” tendo o senhor Presidente perguntado ao senhor Vereador Paulo Sousa se se estava a referir à sua pessoa, na parte que diz “quem o apoia na retaguarda?-----

O senhor Vereador Paulo Sousa respondeu que não, tendo considerado que “acho bem que qualquer município use desse direito de solicitação de Declaração de Interesse Municipal”-----

Em relação ao caso em apreço, disse o senhor Vereador, que “o nosso partido vai fazer denuncia daquele caso, pois parece que houve aproveitamento de uma prerrogativa que lhe dava determinado privilegio”, tendo concluído que “quando aprovamos a Declaração de Interesse Municipal nem sei se se fez com base nalgum suporte regulamentar existente”.-----

Seguidamente o senhor Presidente leu a resposta ao pedido de esclarecimento da Câmara Municipal que o senhor Pedro Carvalho enviou, sobre esse assunto e que se reproduz na íntegra:

-----  
“Processo de Licenciamento de obras de edificação: 22/2020

Exmo. Senhor Presidente do  
Município de Terras de Bouro

Face a publicação de 12 de fevereiro de 2020, na rede social facebook do Movimento Terras de Bouro o Nosso Partido, cujo excerto segue aqui:

*“É com espanto e indignação que o TBNP verifica que a proposta apresentada pelo executivo municipal em regime de permanência, na reunião ordinária da Câmara Municipal, do dia 5/11/2020, com a denominação:*

*Declaração de interesse municipal, Presente um pedido, em nome de Pedro Miguel Ribeiro Carvalho, solicitando a emissão de declaração de interesse municipal relativa ao processo de obras n.º 22/2020, que corre termos de licenciamento nos serviços municipais. O pedido vem acompanhado de informação da Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ambiente, propondo-se a remessa à Assembleia Municipal.”, não passa de uma mera promoção imobiliária, contrariando a boa-fé de quem votou favoravelmente ou se absteve, quer em reunião de Câmara ou na reunião da Assembleia Municipal, com o objetivo de apoiar um empreendedor local para a construção de um parque de campismo e caravanismo em terreno RAN (reserva agrícola nacional).*

*Para o comprovar, o xico espertismo deste tipo de empreendedorismo e de quem o apoia na retaguarda, verifique-se que, passados quase dois meses e após a sua aprovação final, já esteja à venda no site imobiliário IMOVIRTUAL.*

*Mario Sergio Cortella”*

Cumpre esclarecer desde logo, que o pedido apresentado por mim junto do Município de Terras de Bouro, foi para a atribuição da “*Declaração de Interesse Municipal*”, quanto a construção de “Parque de Campismo”, e não quanto a concessão de nenhum benefício fiscal, nomeadamente ao nível do IMI, Imposto Municipal Sobre Transmissões, ou outro que esteja na alçada do Município quanto à possibilidade de o conceder.

Por outro lado, cabe à Camara Municipal apreciar todo e qualquer pedido que lhe seja presente e levar à Assembleia Municipal a proposta que, sobre ele, melhor considere de acordo com o (e conforme ao) *interesse público municipal*, quer ela seja a de reconhecimento desse interesse quer a do seu não reconhecimento.

Mesmo no caso de a Câmara Municipal considerar que o caso constante da pretensão do requerente não se reveste de *interesse público municipal* não deve, nem pode deixar de submeter à Assembleia Municipal uma proposta, em sentido negativo, pois que só a Assembleia Municipal cabe pronunciar-se, reconhecendo ou não a existência desse interesse.

Tanto mais que, qualquer pronúncia da Câmara Municipal que pretenda ter a natureza de decisão final do assunto constituirá um ato anulável, por incompetência (relativa).

À luz do *princípio da decisão*, todos os *órgãos da Administração Pública têm o dever de se pronunciar sobre todos os assuntos da sua competência que lhes sejam apresentados e, nomeadamente, sobre os assuntos que aos interessados digam diretamente respeito (...)*.

A pura e simples omissão de pronúncia sobre um pedido de particular (ainda que o desatendimento do pedido seja plenamente justificável) permite a este intentar uma ação administrativa contra a entidade omitente, visando a sua condenação à prática do ato administrativo devido.

Ora, a Câmara Municipal ao submeter a apreciação pela Assembleia Municipal fê-lo em perfeita consonância com as suas competências e obrigações.

E o que aconteceu em Assembleia Municipal foi o culminar de um “processo administrativo”, face requerido pelo munícipe e proposto pela Câmara Municipal.

Atento que o conceito de interesse público municipal é um conceito de natureza indeterminada, logo cabe por isso aos eleitos locais analisarem a situação, considerando não só a situação atual, mas também os interesses das gerações futuras e decidirem valorizando os interesses em causa”.

O próprio DL 165/2014 identifica os aspetos a ter em conta nesta análise, como por exemplo: a faturação da empresa ou estabelecimento dos últimos dois anos; o número de postos de trabalho já criados e eventuais estratégias a implementar para a criação ou qualificação de emprego direto local; fundamentação da opção da não deslocalização do estabelecimento para local adequado no mesmo concelho ou nos concelhos vizinhos, em função da estimativa do respetivo custo, entre outros critérios.

Neste caso, em concreto a Assembleia Municipal votou favoravelmente a pretensão, reconheceu que era de interesse público a construção naquele local de um “Parque de Campismo”.

Por isso, esta declaração de interesse público municipal, não foi concedida ao munícipe *Pedro Miguel Ribeiro Carvalho*, mas ao projeto e as repercussões que o mesmo vai ter na economia local, porque é esse o interesse que é efetivamente relevante para o Município, o que significa que também relevante para os respetivos munícipes e que deve representar um interesse consensualmente aceite por estes”.

Logo, não foi nem é condição da declaração de interesse público municipal que o projeto fosse ou seja executado pelo munícipe *Pedro Miguel Ribeiro Carvalho*, tanto mais também, já aconteceu neste Município que outros projetos em que ocorreu a declaração de interesse público municipal mas os mesmos nunca foram executados.

Assim, não faz qualquer sentido que se levantem vozes, contra a promoção imobiliária do projeto, pois o projeto de construção do “Parque de Campismo” não caiu, está bem vivo e tenho todo o interesse na continuidade do mesmo, quer seja eu a executa-lo, bem como outra pessoa, ou até quem sabe, uma parceria.

Sobre as questões da natureza moral e justa que o Movimento refere, cumpre-me salientar que houve transparência em todo o processo. Se o dito Movimento quer questionar a justiça deste mecanismo, que segundo eles vem favorecer alguns, podem também eles mesmos fazer uso do mesmo, pois o mecanismo legal aplica-se a todos aqueles que tenham iniciativas e existam condicionantes.

Por último apraz-me dizer em jeito de conclusão, este reconhecimento do interesse público municipal só foi concedido porque de uma forma clara se verificou que se assegura o interesse público e a execução do mesmo irá contribuir para um território municipal mais sustentável.”

-----  
Finda a leitura dessa carta pelo senhor Presidente, o senhor Vereador Paulo Sousa perguntou se “o senhor Presidente subscreve o que leu na carta?”-----

Então o senhor Presidente respondeu perguntando: “Se o Pedro Carvalho fosse apoiante do TBNP, o TBNP faria a publicação que fez?”-----

O senhor Vereador Paulo Sousa respondeu que “sim e que se um seu apoiante fizesse uma coisa dessas, deixaria de ser seu apoiante”.-----

O senhor Presidente retomou as suas considerações sobre essa carta tendo dito que “subscrevo o que está ali escrito”. Adiantou também que “fui surpreendido com aquela publicação e por isso telefonei ao Pedro Carvalho para saber o que era aquilo” e concluiu “o Pedro foi notificado e respondeu”.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa disse que “até gosta do Pedro Carvalho e que já o tem ajudado, mas que neste caso não esteve bem”.-----

Aqui o senhor Vereador Adelino Cunha tomou a palavra afirmando que “isto só é assunto, porque é o Pedro Carvalho” e questionou “o senhor sabe quantas declarações já foram feitas? O senhor conhece o que se passou com as declarações anteriores?”-----

O senhor Vereador Paulo Sousa respondeu que não.-----

Então o senhor Vereador Adelino Cunha concluiu “sabe desta porque é o Pedro Carvalho”-----

Continuando, o senhor Vereador Paulo Sousa afirmou “eu não faço insinuações” e virando-se para o senhor Presidente perguntou-lhe: -“O senhor concorda com esta atitude?”-----

O senhor Presidente respondeu-lhe:- “Já lhe disse que não” e prosseguiu, “o que está aqui em causa é ter sido escrito “isto é o xico espertismo ..... e de quem o apoia na retaguarda” tendo dito “eu não estou aqui para beneficiar nem uns nem outros”. Ora, concluiu, “aquele documento só o beneficia na RAN (Reserva Agrícola Nacional)”, tendo indagado o senhor Vereador Paulo Sousa se “o senhor quer investimento em Terras de Bouro ou não quer?”-----

O senhor Vereador Paulo Sousa, não tendo respondido ao senhor Presidente, perguntou: - “Aquilo está á venda ou não?” Ao que o senhor Presidente respondeu “o senhor deve saber mais depressa do que eu”.-----

Então o senhor Vereador Paulo Sousa insistiu “o senhor é que trouxe a carta a esta reunião. Que resposta vai dar?”.-----

O senhor Presidente respondeu “não sei mas terá uma resposta” e concluiu, “eu só queria esclarecer relativamente às insinuações do TBNP”-----

O senhor Vereador Adelino Cunha tomou a palavra para esclarecer:- “Eu pertenço à Direcção da ATAHCA e analisamos as candidaturas que foram submetidas ao Mais Coeso e o Pedro está em 3º lugar”. Tendo concluído: -“ Então o Pedro também enganou a ATAHCA?”-----

O senhor Vereador Paulo Sousa insistiu:- “O senhor sabe que aquilo está à venda?”-----

O senhor Vereador Adelino Cunha respondeu, perguntando: “Vendeu?” e continuou “que eu saiba, ele já contratou três funcionários. Ele continua a trabalhar lá. Só que o terreno tem duas classificações, uma parte dá para construir, outra não. Por isso, ele continua a trabalhar”-----

Seguidamente o senhor Presidente falou sobre o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) dizendo que a CIM Cávado elaborou um plano estratégico para 2021 em que Terras de Bouro reforçou as suas necessidades e “qual não foi o meu espanto” disse o senhor Presidente, “ao não ter visto elencadas muitas das nossas reivindicações nesse programa”.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa tomou a palavra para perguntar ao senhor Presidente “quais eram as necessidades” pois, segundo ele, “é que tudo parece vago”.-----

O senhor Presidente respondeu ao senhor Vereador que “são necessidades relacionadas com a água, o saneamento, acessibilidades, parques empresariais, reforço efetivo para o turismo, plano estratégico para a habitação etc, etc.”-----

O senhor Vereador Paulo Sousa disse que apenas lhe “interessa o plano para a habitação”, dizendo que “o resto é vago”.-----

O senhor Presidente respondeu que “não concordo com essa consideração, sendo certo que, nós precisamos de criar dois ou três loteamentos para habitação”.-----

Neste contexto, informou os senhores vereadores de que “está pedida uma reunião à senhora Secretária de Estado da Habitação para discutir este assunto e esta estratégia”.--

Deu conta também de haver o interesse de reabilitar habitações devolutas para que possam ser de novo habitadas, tendo já entrado em contacto com o IFRRU

(Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas) para ver se há apoio para essa reabilitação.-----

Continuando, informou os senhores vereadores que “já estamos a intervir na habitação social”.-----

Mas há, disse o senhor Presidente, “aqui perto da Vila, no Barreiro, casas que precisam de ser reabilitadas e queremos perceber se há um apoio para recuperar essas habitações, tal como em Admeus de baixo, no Vilar da Veiga”.-----

“Queremos saber se no PRR há ajuda nesse sentido, tal como para as casas florestais” concluiu.-----

Mas é evidente, informou o senhor Presidente, “que o destaque maior vai para o turismo, porque é onde há maior número de emprego. Já falamos com a senhora Ministra da Coesão Territorial para nos ajudar, a fim de acabarmos com a sazonalidade”.-----

Prosseguindo o senhor Presidente fez uma projecção de algumas obras e iniciativas que irão ser concretizadas, e em concreto:-----

- a) Zona de Lazer intermunicipal Moimenta – Valdreu dando conta das intervenções orçadas em 180.000,00 (cento e oitenta mil Euros).-----
- b) Deslocação da Embarcação Turística Rio Caldo para entre pontes, o que possibilitará a criação de mais pontos de amarração de embarcações de recreio no Centro Náutico de Rio Caldo, estando aquela obra orçada em 380.927,00 (trezentos e oitenta mil novecentos e vinte e sete Euros).-----
- c) Cultura para Todos com um orçamento de 95.800,00 (noventa e cinco mil e oitocentos Euros), tendo aqui a senhora vereadora Ana Genoveva referido que “houve um corte e isso gorou as expectativas” ao que o senhor Presidente respondeu que “o corte foi a nível do País”.-----
- d) Acessibilidades. Aqui o senhor Presidente referiu a estrada de Carvalheira que já está executada, a estrada da Ermida, em Vilar da Veiga, que está para iniciar, tendo depois falado da requalificação da estrada Moimenta – Brufe, estrada em Rio Caldo entre o senhor dos Paços e a Pedreirinha, Chorense a Souto, Gogide, Freguesia da Ribeira a Santa Cruz em Souto e em Paradela, Valdozende- da estrada nacional ao paredão da Barragem da Caniçada, para as quais é feita nesta reunião uma proposta de pedido de empréstimo no montante de 1.920.000,00 (um milhão, novecentos e vinte mil Euros).-----

Para concluir o senhor Presidente apresentou um mapa com a evolução e situação da dívida do Município, cifrando-se esta no dia desta reunião em 2.466.681,02 (dois milhões, quatrocentos e sessenta e seis mil, seiscentos e oitenta e um Euros e dois cêntimos).-----

Deu então a palavra aos senhores vereadores.-----



Tomou a palavra o senhor Vereador Paulo Sousa, tendo dito que, relativamente ao PARECER IMEG, da senhora Doutora Fernanda Oliveira, iria ler o parecer.-----

Seguidamente questionou o senhor Presidente sobre a utilidade das plataformas que estão a ser construídas sob o rio Gerês, tendo proposto que se faça “a desmontagem daquilo”. “É errado aquilo que lá está “ afirmou.-----

Continuando disse que “na rua Miguel Torga, nos passeios do lado esquerdo, os postes estão no meio do passeio”, e perguntou, ”vão ficar lá?”.-----

O senhor Presidente respondeu ao senhor Vereador dizendo que “logicamente são para tirar”. Aliás, observou o senhor Presidente, “se o senhor tivesse saído do carro, tinha visto que já lá estão as bases para suportar os postes”. E concluiu, “sabe senhor Vereador, a negociação com os proprietários, nem sempre foi fácil”.-----

Informou depois que “a seguir à ponte e até cima ao Posto de Turismo, estamos a fazer uma intervenção que não estava prevista”.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa retomou a sua intervenção para dizer que “em relação ao empréstimo, concordei com o da estrada da Ermida e até vou votar favoravelmente este, mas em relação à estrada da Ermida, tudo bem, mas também deveria ser feita intervenção em Admeus de Cima”.-----

O senhor Presidente perguntou se se referia ao caminho que passa no campo de futebol, tendo o senhor Vereador respondido que sim.-----

Mas a Junta e os Baldios, adiantou o senhor Presidente, já têm vindo a fazer lá algumas intervenções.-----

Sim disse o senhor Vereador, mas deveria ser nele todo para servir de alternativa àquele lugar e até aos moradores da Ermida.-----

Continuando, o senhor Vereador considerou que “a estrada da Ermida é estratégica e até poderia ser mais cara, incluindo o ordenamento de Admeus de Cima”-----

Referiu depois que “ao fim de quatro anos a estrada da Ermida, projecto de meados de 2019, não arrancou”, dizendo que “é para andarem em função do calendário eleitoral”. “Aquele gente merece, mas 1.150.000,00 parece um exagero”.-----

O senhor Presidente interveio para lembrar ao senhor Vereador que “a estrada da Ermida tem sete quilómetros até à Casa Varanda”.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa, referindo-se ao empréstimo que era proposto nesta reunião disse que “sempre aprovei e vou aprovar este empréstimo” mas, referiu que “este empréstimo reverte para o alcatrão”, tendo perguntado se o “salão polivalente nos Bombeiros terá entrado no empréstimo anterior”.-----

O senhor Presidente respondeu que “só a estrada de Carvalheira gastou quatrocentos mil Euros desse empréstimo e que o salão polivalente entra na linha BEI”. Esclareceu ainda que “quem tiver obras a decorrer ou concluídas poderá submete-las a candidaturas que venham a surgir, por exemplo, no âmbito do overbooking”.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa voltou a tomar a palavra para dizer que “o endividamento irá passar para o dobro, quatro milhões”, tendo perguntado se a Câmara não tem sessenta mil Euros para a estrada entre o paredão e a estrada nacional,” questionando se “aquela estrada é camarária”-----

O senhor Presidente respondeu que sim.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa continuou a sua intervenção dizendo que “claro que o alcatrão é necessário, mas estes processos de investimentos pecam por ser em cima do ato eleitoral”. “A estrada da Ermida esteve quatro anos à espera”-----

O senhor Presidente interrompeu o senhor Vereador para lhe dizer que “na próxima reunião traremos aqui o senhor Arq.º Manuel Martins para expor sobre os pareceres para a estrada da Ermida e o calvário que isso representou” E indagou: “O senhor Vereador está convicto que a Câmara Municipal esteve à espera das eleições?”-----

O Senhor Vereador Paulo Sousa respondeu: “Senhor Presidente estou convicto que podia ser mais cedo”.-----

Então o senhor Presidente insistiu, informando o senhor Vereador que “o processo não foi fácil e que no que diz respeito à obtenção dos pareceres foi de facto complicado, mas na próxima reunião, como já lhe disse, virá o senhor Arq.º Martins para lhe explicar”.-----

E o senhor Presidente prosseguiu, “isto não tem a ver com propaganda e no ano eleitoral não podemos fazer de conta, é preciso trabalhar”.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa quis então perceber sobre a introdução no PRR da variante Homem Lima, tendo questionado o senhor Presidente sobre “qual é a centralidade de Terras de Bouro?”-----

O senhor Presidente respondeu que “é Braga”.-----

Tendo o senhor Vereador concluído que “então era importante fazer uma variante para Braga.-----

Pois é respondeu o senhor Presidente, “mas para fazer uma variante para Braga é ir a Vila Verde, tendo concluído que “pela proximidade e número de habitantes não é possível fazer uma variante para Braga”.-----

Informou depois que “o projecto de Terras de Bouro – Bogalhosa – Ponte de Lima está feito pela Câmara de Vila Verde”. “Nós pedimos à senhora Ministra da Coesão Territorial para nos apoiar no projecto para Ponte de Lima e de Terras de Bouro para S. Bento da Porta Aberta”.-----

O senhor Vereador Paulo Sousa perguntou ao senhor Presidente se “o PRR ainda está em discussão pública”, tendo rematado “fiquei desiludido”.-----

O senhor Presidente respondeu que sim e asseverou “já lhe disse que o projecto para Ponte de Lima está feito”, continuando disse ao senhor Vereador “a nossa intenção em Terras de Bouro para si é toda má, mas compreendo, é a sua opinião”-----

O senhor Vereador respondeu que não concorda com muita coisa e que assume que “foi e é contra a Ecovia do Homem, tal como as plataformas do rio Gerês”.-----

O senhor Presidente respondeu-lhe que relativamente às “plataformas do Gerês vamos deixar concluir a obra e depois vemos, mas que o inverno que esteve não levou nada”.--

O senhor Vereador altercou dizendo “eu sei que as plataformas são resistentes mas podem vir a criar problemas no leito do rio”-----

O senhor Vereador Adelino Cunha perguntou ao senhor Vereador Paulo Sousa se “acha que aquilo impede a normal passagem da água, como escreveu”-----

O senhor Vereador Paulo Sousa respondeu “claro que não”.-----

Por fim o senhor Vereador Adelino Cunha tomou a palavra para também esclarecer que “o que disseram sobre os terrenos do Parque Verde da Vila, de que estariam hipotecados é mentira”. E reforçou “é mentira que os terrenos estavam hipotecados, sendo verdade que durante dois anos andamos a preparar projectos que vinham de trás, porque estava tudo a zero”.-----

Sendo doze horas e quinze minutos e nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Câmara Municipal deu por encerrada a reunião da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da lei. -----